



Índice

- 01** Presidenta da Funai diz que consulta a outros órgãos não deve retardar criação de terras indígenas
- 02** Índios deixam Diretoria Regional de Educação de Teixeira de Freitas, na BA
- 03** Acic quer índios em aldeias, Porto rechaça
- 04** Relatório com sugestões para problemas indígenas em MS será divulgado nesta quinta
- 05** Encontro de Culturas da Chapada promove integração com povos indígenas
- 06** Tarde de experiências com índios da tribo Guarani-Kaiowa mobiliza e emociona público
- 07** Governo estuda arrendar terras em MS e desagrada fazendeiros e índios
- 08** Solução da questão indígena vai custar R\$ 1 bilhão com a compra de 770 mil hectares
- 09** Cultura apóia encontro de cineastas indígenas e implanta cineclubes para 11 nações indígenas
- 10** Seind discute roteiro turístico indígena para a Copa com organizações de Manaus



Presidenta da Funai diz que consulta a outros órgãos não deve retardar criação de terras indígenas

SÍTIO REDE BRASIL ATUAL, 24.07.2013

Brasília – Há pouco mais de um mês ocupando a presidência da Fundação Nacional do Índio (Funai), Maria Augusta Assirati disse hoje (24) que o resultado de novos estudos de identificação e delimitação de terras indígenas será divulgado em breve. Evitando falar em prazos, Maria Augusta disse acreditar que a proposta do governo federal de confrontar os estudos antropológicos da Funai com levantamentos produzidos pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) não vai retardar a conclusão dos processos demarcatórios e a criação de novas reservas indígenas.

"Espero que não [retarde]. Espero que a discussão se dê em um plano de respeito ao trabalho e à missão institucional de cada órgão", disse a presidenta da Funai, que, até substituir a antecessora, a antropóloga Marta Azevedo, estava à frente da diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável da Funai. "Há muitas áreas em estudos e alguns [laudos antropológicos] estão para ser publicados ainda durante este ano".

A proposta do governo anunciada em maio pela ministra da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, prevê também a consulta a outros órgãos como os ministérios da Agricultura, do Desenvolvimento Agrário e das Cidades. A iniciativa, conforme explicou a ministra à época, é prevenir e aperfeiçoar a gestão de conflitos, qualificando a tomada de decisões do governo sobre a criação ou a ampliação de terras indígenas.

Maria Augusta participou hoje (24) da cerimônia de inauguração da nova sede da Funai, em Brasília (DF). Após 25 anos ocupando um edifício cuja estrutura foi condenada pela Defesa Civil, Corpo de Bombeiros e pelo Ministério Público Federal, os cerca de 800 servidores lotados na capital foram transferidos para a nova instalação, alugada ao custo de R\$ 1,17 milhão. Na antiga sede, de 25,2 mil metros quadrados, a fundação pagava R\$ 170 mil mensais, mas o valor estava prestes a ser reajustado para R\$ 580 mil.

Segundo o diretor de Administração e Gestão da fundação, Antonio Carlos Paiva Futuro, a diferença de preços é justificável, já que, em razão do comprometimento estrutural do prédio anterior, o valor cobrado da Funai estava bem abaixo do de mercado. Ainda de acordo com Futuro, o novo prédio foi alugado por R\$ 60 o metro quadrado, valor compatível com o praticado em Brasília.

Além de servidores da Funai e representantes do Ministério da Justiça, o evento contou com a presença dos dois últimos presidentes da fundação, Marta Azevedo e Márcio Meira, além de representantes de povos indígenas, entre eles o cacique Kaiapó, Raoni Metukire, que fez um severo apelo aos servidores.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 131 / 2013

Brasília, 25 de julho de 2013.

“A Funai está aqui para proteger os índios, mas sabemos que há aqui muitos que não gostam de nós. Vocês têm que se decidir e, se não gostam de índios, deixar a Funai para que os que querem trabalhar por nós, com a gente [ocupem as vagas]”, disse Raoni, recomendando que Maria Augusta seja forte e prometendo apoiá-la.

Surpreendida, a presidenta da Funai avaliou como positivo o pedido de unidade feito por uma das principais lideranças indígenas do país. “Quanto mais unidade conseguirmos ter, sobretudo internamente, mais nossos trabalhos andarão de forma célere. A Funai é uma instituição muito grande e é preciso buscar sermos um time, alinhado do ponto de vista de estratégia de ação”.



Índios deixam Diretoria Regional de Educação de Teixeira de Freitas, na BA
SÍTIO G1, 24.07.2013

*Eles haviam ocupado sede desde a terça-feira (23).
Indígenas pedem pagamento para funcionários de escolas indígenas.*

Os índios Pataxós desocuparam na tarde desta quarta-feira (24) a sede da Diretoria Regional de Educação de Teixeira de Freitas, na Bahia. Eles haviam ocupado a sede da instituição desde a terça-feira (23).

Eles reclamavam de atraso no pagamento de salários dos professores e funcionários das escolas indígenas na região de Prado, no extremo sul do estado. Após reunião eles resolveram deixar o prédio, mas informaram que irão voltar a ocupar a instituição caso os salários não sejam pagos.

Segundo os indígenas, nas três escolas estaduais trabalham em média 50 professores que estão sem receber salário há mais de cinco meses. "Fica difícil trabalhar sem estarmos recebendo, porque aqui todo mundo tem família também. Não só a gente, mas também as merendeiras, as faxineiras que também estão na mesma situação que a nossa", explicou o professor Jwathy Pataxó.

"Em relação ao pagamento de pessoal, houve um atraso na entrega dos documentos por parte dos interessados e a Direc somente agora reuniu uma comissão para, depois da entrega desses documentos, para ir a Sec entregar os documentos", informou Erisnalva Gusmão, coordenadora da Diretoria Regional de Educação.

"Enquanto eles não resolverem o nosso problema, nós não vamos sair daqui", diz o professor Jwathy Pataxó.



Acic quer índios em aldeias, Porto rechaça

SÍTIO CGN, 24.07.2013

O projeto da Casa de Passagem está pronto e a área definida para a construção fica na Estrada Rio da Paz...

Em Cascavel, brancos e índios estão em pé de guerra. E não se trata de nenhuma manchete sensacionalista requeitada do início do século passado ou dos primórdios da colonização da cidade, quando confrontos entre fazendeiros e indígenas não eram raros.

A notícia é de agora, só que desta vez as armas para a guerra não serão o arco e flecha ou as escopetas. Desta vez a batalha é política e as armas em campo são papel, caneta e boa dose de bom senso.

Ontem a Acic (Associação Comercial e Industrial de Cascavel) resolveu tomar frente e, durante reunião de sua diretoria, presidida pelo empresário José Torres Sobrinho, posicionou-se contra a possível construção de uma Casa de Passagem a Indígenas em Cascavel.

A entidade defende investimentos em infraestrutura e qualidade de vida nas aldeias e reservas em vez de investimentos dentro da área urbana de Cascavel. Para tanto, resolveu elaborar um documento oficial que será enviado às autoridades para barrar a iniciativa pública em debate.

No documento, os empresários classificam como perigosa tendência que, poderá se multiplicar pelo Brasil, a ideia da Casa de Passagem Indígena. Para eles, o mais sensato nessa discussão é incentivar a criação de estruturas melhores para os índios em suas próprias aldeias. "É para isto que existem essas extensas áreas de terra em todo o Brasil, justamente para garantir uma vida digna a esses povos nativos em áreas que hoje respondem por 12,5% de todo o território nacional", disse o presidente da entidade.

Denúncia

A Acic acusou a Funai (Fundação Nacional do Índio), com base nos últimos fatos, de fomentar as saídas de índios das reservas, justamente com o intuito de reivindicar novas áreas, como ocorre em Guaíra e em Terra Roxa onde, segundo eles, comprovadamente não havia índios antes da promulgação da Constituição de 1988.

A entidade aproveitou para sugerir mais incentivos à produção de artesanato e de locais dentro da aldeia, que sirvam para a comercialização e a visitação de turistas. Desta forma seria mais produtivo e haveria valorização da cultura desses brasileiros.

Quanto à Casa de Passagem, argumentam que sua construção, apenas contribuiria para a disseminação de imagens degradantes e vistas com frequência em Cascavel e em outras cidades, de índios abandonados nas ruas e sob o efeito de álcool e outras drogas.

CONT.



Outro lado

O vereador e indigenista Paulo Porto (PCdoB) classificou a posição da Acic como inapropriada, sem fundamento e altamente discriminatória. Para ele, não se pode prender índios dentro de reservas como se fossem bichos. "Existe um fenômeno, que não é recente e, que vai continuar acontecendo, que é a perambulação de famílias Kaingang e Guaranis pela cidade.

Apesar desta situação não ser recente, até hoje não temos nenhuma política pública para evitar que estes índios tenham contato com o alcoolismo, com a mendicância e a prostituição. Em minha opinião temos dois caminhos, que precisam ser trilhados juntos. Um é o de fortalecer as aldeias e dar sustentabilidade. A outra é a de acolher com dignidade, criando um projeto de política pública, como o da Casa de Passagem do índio em Cascavel. Que fique claro que casa de passagem não é hotel, mas é imperativa a sua construção por razões humanitárias", esclareceu.

O vereador defende como projeto primordial de seu mandato e uma de suas bandeiras a solução para esta problemática e a construção da Casa de Passagem é defendida pelo vereador como proposta que não pode ser abandonada. "Neste momento, a Casa de Passagem é o caminho para dar dignidade e abrigo aos índios. O que a Acic está defendendo é puro preconceito contra estes povos. Assim como resulta do preconceito a afirmação de que não existia indígenas nesta região antes dos anos 80".

O vereador classificou como mentirosas as declarações atribuídas à ministra da Casa Civil de que estudos da Embrapa indicam que não haviam índios em áreas como Guairá e Terra Roxa, assim como outras regiões do Oeste do Estado. "Eu recebi no último dia 11 de julho documento oficial onde a Embrapa disse textualmente que não possui tais estudos, nem qualquer atribuição para se pronunciar sobre aspectos antropológicos, étnicos ou de mérito envolvendo a identificação, declaração ou demarcação de terras indígenas no Brasil", diz o vereador.

O projeto da Casa de Passagem está pronto e a área definida para a construção fica na Estrada Rio da Paz.



Relatório com sugestões para problemas indígenas em MS será divulgado nesta quinta

SÍTIO JUSTIÇA EM FOCO, 24.07.2013

Brasília - O relatório final com propostas de soluções para a demarcação de terras indígenas em conflito em Mato Grosso do Sul será divulgado amanhã (25). O relatório foi apresentado e votado em reunião da Comissão de Assuntos Fundiários do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), na tarde de hoje (24), durante reunião ordinária no Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (TJMS), em Campo Grande. O tribunal informou, por meio da assessoria de Comunicação, que o documento será divulgado amanhã e deverá ser entregue até o dia 30 de julho ao presidente do CNJ, ministro Joaquim Barbosa.

Formado por representantes do Poder Judiciário, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-MS), da Advocacia-Geral da União (AGU), da Fundação Nacional do Índio (Funai), do Ministério Público Federal (MPF), do Conselho de Defesa dos Direitos Humanos da Secretaria de Direitos Humanos, lideranças indígenas e produtores rurais, desde maio, o grupo discute medidas judiciais para solucionar os casos de conflito envolvendo índios e fazendeiros pela posse e demarcação de terras na região.

Inicialmente o grupo trabalhou com a informação da Funai de que 53 áreas seriam alvo de conflito. Mas, de acordo com o desembargador do TJMS e coordenador do Fórum Nacional de Assuntos Fundiários, Sérgio Fernandes Martins, os trabalhos se concentraram em 41 as áreas em disputa. "Nós temos 41 áreas que foram levantadas pelos seis grupos de trabalho da comissão", disse. Destas, segundo o grupo, nove merecem solução imediata.

As 41, áreas foram divididas em três grupos e receberam, cada qual, uma classificação, levando-se em conta a gravidade da situação e o potencial de conflitos caso não seja encontrada uma solução rápida para as disputas entre os índios e fazendeiros. A Fazenda Buriti é uma dessas áreas, onde uma tentativa de reintegração de posse resultou na morte do índio terena Oziel Gabriel, em 30 de maio deste ano.

Em outro conflito, o índio Josiel Gabriel foi atingido com um tiro que o deixou paraplégico. O Estado apresenta o maior número de ocorrência de homicídios de indígenas, com 37 casos. Em razão do acirramento dos confrontos, a Força Nacional de Segurança foi destacada para atuar na região. Além da Fazenda Buriti, existem mais oito áreas consideradas críticas e que, de acordo com a comissão, precisam de uma solução imediata: as terras indígenas Cachoeirinha e Taunay-Ypegue (reivindicadas pela etnia Terena) e Arroio Korá, Ñderu Marangatu, Panambi, Potrero Guaçu, Taquara e Tekoha Ypo'y (reclamadas pelos guaranis).

Um segundo grupo reúne as áreas em que a situação é grave, mas há menor probabilidade de conflitos no curto prazo. O terceiro grupo refere-se a áreas em que a situação é mais tranquila e é possível buscar soluções de forma menos urgente.

CONT.



O comitê trabalha com seis medidas jurídicas: indenização de produtores rurais pelo título, compra e venda das propriedades, permuta, desapropriação, utilização de áreas confiscadas de traficantes e reparação coletiva à comunidade; que é a indenização de grupos indígenas pelo tempo fora do território. Em alguns casos, informou o comitê, mais de uma medida judicial pode ser aplicada.

O governo federal poderá destinar recursos do Tesouro Nacional para a compra de terras e para a indenização de agricultores no Estado, na tentativa de resolver os conflitos entre produtores e indígenas na região.

Na última quinta-feira (18), o ministro da Justiça José Eduardo Cardozo disse que também espera apresentar um encaminhamento para os conflitos entre os índios e fazendeiros, em Mato Grosso do Sul, até o início do próximo mês. Cardozo falou após reuniu de outro grupo, constituído no âmbito do governo para tratar da questão.

O ministro declarou ainda que o modelo de negociação aplicado nos conflitos em Mato Grosso do Sul também deve ser utilizado nos Estados do Rio Grande do Sul, do Paraná e em Santa Catarina, a partir de agosto. Em maio, o governo decidiu interromper, mesmo que temporariamente, a demarcação de terras indígenas em regiões de conflito, o que inclui esses Estados.



Encontro de Culturas da Chapada promove integração com povos indígenas

SÍTIO GENTE DE OPINIÃO, 24.07.2013

Pedro Moreira
Enviado Especial da EBC

São Jorge (GO) - O 13º Encontro de Culturas Tradicionais da Chapada dos Veadeiros, que acontece no povoado de São Jorge, em Alto Paraíso de Goiás, contará com a sétima edição da Aldeia Multiétnica, a partir de hoje (24). O espaço promove a integração entre o público e os indígenas. Desde 2011, quando a aldeia ganhou um novo espaço, próximo ao Rio São Miguel, um dos povos é o anfitrião do encontro. Naquele ano, a primeira moradia tipicamente indígena construída no local foi uma oca xinguana, do povo Yawalapiti, de Mato Grosso.

No ano passado, foi a vez dos kaiapós, do Pará, construírem sua oca e receberem os convidados. A missão, agora, ficou com os indígenas da etnia Krahô, que constroem, com a ajuda de quilombolas, sua oca típica. Ela vai se juntar às duas que permanecem erguidas no local.

Além de poder entrar nas moradias e acompanhar a vivência dos índios, o público poderá conferir os rituais, o artesanato, as comidas, os cantos e danças as características de cada tribo. A organização do evento promete rodas de prosa, oficinas de artesanato e pinturas corporais, além de exposições fotográficas e exibição de vídeos produzidos pelos próprios índios. São esperados cerca de 200 indígenas. Entre os povos do Brasil, estarão presentes os Yawalapiti, Fulni-ô, Kaiapó, Ashaninka e Runikuin.

Os índios estão chegando desde domingo (21). Do Canadá, vieram representantes da etnia Innu, índios norte-americanos. O grupo que veio ao Brasil é formado por três indígenas, uma mestiça - filha de mãe Innu e pai não índio - e tradutora de francês, língua falada em Quebec, região do Canadá onde vivem. O jovem índio Tshiueten conta que veio conhecer a cultura dos indígenas daqui e também mostrar a cultura dos innus. Ele explica que, assim como os índios brasileiros, o grupo também tenta preservar as tradições passando os costumes de geração para geração. Tshiueten, por exemplo, está em processo de sucessão espiritual, função atualmente exercida pelo pai.

Os kaiapós também já estão em São Jorge desde domingo. São 32 pessoas vindas de São Félix do Xingu, no Pará. Para o evento, eles viajaram por dois dias, de ônibus. O líder do grupo, Isaac Kaiapó - nome indígena Bepkaeti -, que está pela quinta vez em São Jorge, conta que eles vão apresentar a cerimônia da Máscara do Tamanduá. "Quem não é índio pode acompanhar, aprender a música, aprender a dança", diz ele. Assim que eles chegaram já começaram os preparativos, com a confecção das máscaras feitas de palha de buriti, uma palmeira do Cerrado.

CONT.



Os krahô, anfitriões desta edição, vieram do Tocantins, onde vivem em uma área demarcada na região do município de Goiatins. Os índios só souberam informar o número de adultos, que são 26. Mas nas barracas de camping, montadas ao lado da oca que ainda está sendo erguida, há muitas crianças, algumas de colo. Elas correm por todo o acampamento e brincam com as crianças das outras etnias. Mesmo antes do início da programação oficial, mulheres krahô já faziam pinturas corporais nos visitantes interessados em conhecer um pouco dos costumes desta etnia.

Osmar Krahô - nome indígena Cuhkô -, governante do grupo, calcula que existam cerca de 3 mil krahô espalhados pelo Tocantins. Entre as atividades que devem apresentar, estão cantorias, pratos típicos, como bolo de mandioca e o processo de empenar, ou seja, enfeitar o corpo com penas. Mas o ponto alto será o ritual Pemp'kahàac, que representa a iniciação das crianças. O líder Getúlio Orlando Pinto Krahô - Kruwakaya Krahô - se diz muito feliz em compartilhar as tradições com os outros indígenas e o público. "A casa dos krahô está sendo preparada e vai ter a festa para poder fazer a integração com os povos".



Tarde de experiências com índios da tribo Guarani-Kaiowa mobiliza e emociona público

SÍTIO UFMG, 24.07.2013

O caminhão itinerante do Festival de Inverno da UFMG, instalado na segunda-feira no bairro da Palha, periferia de Diamantina, trouxe à população local e demais envolvidos no evento um pouco da cultura e do pensamento dos Guarani-Kaiowa, comunidade indígena que vive no Mato Grosso do Sul.

A chicha, bebida típica da etnia, feita com mandioca, batata doce e milho, foi servida a todos por integrantes da Associação Mulheres Reais, como parte da atividade Comidaria Comum.

Os membros da tribo envolveram o público com suas danças e rezas e ainda falaram sobre o processo de luta política pela demarcação de reservas indígenas no Centro-oeste brasileiro. Também foi exibido o filme *Martírio*, do cineasta francês Vincent Carelli, que aborda o conflito.

Descaso dos governantes

Para o índio Argemiro Freitas, que é professor na aldeia, impera a falta de compromisso do poder público com os interesses indígenas. "A presidente Dilma, que a gente colocou no poder, não está focada na nossa causa. Como é possível vivermos em uma pátria tão imensa e não termos terra para os índios?". Ele destacou que a maioria dos Guarani-Kaiowa, no Mato Grosso do Sul, vive em condições precárias. "Isso é culpa do poder público", disse.

Citou o desrespeito também na oferta de serviços sociais básicos às comunidades indígenas, como boas escolas e postos de saúde. "Durante muito tempo, a maioria das nossas crianças morria de desnutrição, assim como os idosos".

Argemiro Freitas relatou que o conflito entre sua tribo, políticos e industriais locais pelas terras existe desde 1998: "Há um tempo atrás, o ministro da justiça ia determinar a demarcação do nosso território, mas os agropecuários e donos de usinas, que são poderosos, barraram mais uma vez o processo";.

Segundo ele, os Guarani-Kaiowa conseguiram recuperar alguns hectares, mas a maior parte foi destruída. Para o professor, em vez de serem vistos como invasores, os índios deveriam ser considerados legítimos donos das terras. "É o local onde viveram nossos ancestrais. Sempre foi nosso", disse.

Também Guarani-Kaiowa, a índia Fabiane Duarte destacou em seu discurso os prejuízos naturais causados pela interferência humana nas aldeias indígenas. "Por onde eles passam, deixam devastação, só pó de terra. E o que a gente vai fazer com esse pó? Nós queríamos que o homem branco não destruísse as árvores", lamentou.

Fabiane também despertou a reflexão sobre os valores priorizados pela cultura do homem branco. "Eles (os agropecuários) tomam a terra, e nós, que somos índios, temos que comprar deles os frutos. Mas o cultivo não deveria ser deles, é da nossa terra", reiterou.

CONT.



Saudo Capile Jorge faz parte da Associação de Cineastas e Realizadores Indígenas. Para ele, é fundamental que a cultura e a luta pelos direitos indígenas sejam levados à população por meio de eventos como o Festival. Em sua opinião, a causa precisa ser abraçada por todos os brasileiros. "As vitórias que obtivemos se deve aos manifestos, a ajudas de organizações não-governamentais e veículos que divulgaram o conflito na mídia", declarou.

A professora da UFMG Luciana Oliveira, coordenadora do eixo de coletivos Margens e arredores da cidade, pensa que a Universidade tem cumprido o seu papel nesse universo de conflitos por direitos. "Desde a última edição do Festival, estamos bastante comprometidos e envolvidos em diversas ações relacionadas à questão indígena. Os Guarani-Kaiowa aqui presentes têm sido os nossos interlocutores fundamentais nessa empreitada", contou.

Envolvimento do público

O índio Valmir Cabrera, que é rezador na tribo, tocou o gyrapai, instrumento de sopro fabricado na aldeia, declamou orações em seu idioma e ensinou danças oferecidas aos deuses. O pequeno Lucas (foto), que é morador no bairro da Palha, ficou bastante surpreso. "Nunca tinha visto um índio de verdade", contou.

A estudante de Belas-Artes da UFMG, Maíra Gouveia, que acompanhou toda a programação, revelou ter ficado bastante emocionada. "O filme Martírio me fez chorar, pois conta o drama real de uma índia que, apesar da saudade, não pode voltar para sua tribo, por causa da perseguição dos brancos e do medo de morrer."

A noite de atividades terminou com apresentação da Orquestra Sinfônica Jovem de Diamantina e da flautista Odete Ernest Dias, nascida na França e naturalizada brasileira. A programação segue até o dia 28 de julho.



Governo estuda arrendar terras em MS e desagrada fazendeiros e índios

SÍTIO CAMPO GRANDE NEWS, 24.07.2013

Esperado como o dia em que será anunciado o valor da indenização pelos 15 mil hectares da terra Buriti, em Sidrolândia, 5 de agosto pode reservar uma surpresa do governo federal para índios e fazendeiros em Mato Grosso do Sul. No caso, o arrendamento da área.

"Estou muito preocupado porque não são alvissareiras as notícias das coisas propostas. Infelizmente, estão considerando outra ideia, que não nos parece muito adequada. Em vez de desapropriação por interesse social ou acordo nos autos do processo. A proposta que ganha força é o de arrendamento, uma espécie de aluguel", afirma o coordenador da Comissão sobre a Questão Indígena, desembargador do TJ/MS (Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul), Sérgio Fernandes Martins.

O magistrado relata que já alertou que a proposta de arrendar a terra até o fim do processo no STF (Supremo Tribunal Federal) vai ter forte oposição. "Nem cheguem a Mato Grosso do Sul com isso. Nem índio nem fazendeiro vão aceitar", diz.

Conforme Martins, a proposta é que seja julgado um último recurso da Funai (Fundação Nacional do Índio). Caso a posse da área fique com os fazendeiros, o valor do arrendamento seria descontado da indenização. "Se for terra indígena, o valor pago seria utilizado como indenização das benfeitorias", afirma.

A proposta é bem diferente do que foi apresentado no dia 20 de junho pela comitiva do governo federal, capitaneada pelo ministro-chefe da Secretaria Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho. Na ocasião, foi dado o prazo de 5 de agosto.

"É uma excepcionalidade. Será usado dinheiro do Tesouro para adquiri-lás", assegurou o ministro. Levando em consideração que são 15 mil hectares e o valor de mercado, o custo chega a R\$ 180 milhões.

No mesmo dia, foi definido o levantamento de estoques de terras para resolver o conflito fundiário e divulgação de um cronograma. Nesta quarta-feira, em reunião no TJ/MS, o representante da Famasul (Federação de Agricultura e Pecuária), advogado Gustavo Passarelli, afirmou que os fazendeiros não concordam com o arrendamento.

A fazenda Buriti foi o estopim de um confronto histórico em Mato Grosso do Sul. Em 30 de maio, a desocupação por ordem da Justiça resultou na morte do indígena Oziel Gabriel, 35 anos. Denominada pelos terenas de Terra Buriti, a área em litígio engloba 12 fazendas.

Histórico - Reivindicada pelos terenas, a terra indígena Buriti fica localizada entre os municípios de Sidrolândia e Dois Irmãos do Buriti. Em 2001, a Funai aprovou o relatório de identificação da área de 17 mil, sendo dois mil já demarcados.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 131 / 2013

Brasília, 25 de julho de 2013.

No mesmo ano, fazendeiros recorreram à Justiça para anular a identificação antropológica. Em 2004, decisão judicial foi favorável aos produtores. Dois anos depois, com nova decisão no TRF3 (Tribunal Regional Federal da 3ª Região), a terra voltou a ser reconhecida como indígena.

Somente em 2010 o Ministério da Justiça declarou que a área pertencia aos terenas. Os próximos passos seriam a demarcação física da reserva e homologação da presidente da República. No entanto, no ano passado, o processo voltou a ser suspenso por decisão judicial favorável aos fazendeiros. Segundo os índios, a população chega a 6 mil pessoas, distribuídas em nove aldeias.



Solução da questão indígena vai custar R\$ 1 bilhão com a compra de 770 mil hectares
SÍTIO REGIÃO NEWS, 24.07.2013

No caso da Buriti, principal área disputada pelos terenas em Sidrolândia, a sugestão do relatório é que seja feita desapropriação por interesse social

Caso o Governo Federal queira resolver a questão indígena terá de gastar R\$ 1 bilhão para aquisição de 53 áreas que somam 770 mil hectares, que correspondem a 2,17% do território do Estado. Hoje, em Campo Grande, a comissão, liderada pelo CNJ (Conselho Nacional de Justiça), vai votar o texto final, que até 30 de julho deve chegar às mãos do ministro Joaquim Barbosa, presidente do conselho.

De acordo com o coordenador do Comitê Executivo Nacional do Fórum de Assuntos Fundiários do CNJ, juiz Rodrigo Rigamonte, são apontados caminhos jurídicos para resolver o impasse, como desapropriação por interesse social, compra e venda, reassentamento social.

"A solução não esta nas mãos do Judiciário, mas o relatório indica soluções para o Poder Executivo", salienta. Contudo, as recomendações serão repassadas ao governo federal, a quem cabe a palavra final.

Conforme o coordenador da Comissão sobre a Questão Indígena, desembargador do TJ/MS (Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul), Sérgio Fernandes Martins, foi descartada mudança na Constituição Federal, que, atualmente, só indeniza os fazendeiros pela benfeitoria, sem ressarcimento pela terra.

Segundo o representante da CNPI (Comissão Nacional de Política Indigenista), Anastácio Peralta, das 53 áreas, 37 são relativas aos guarani-caiua. "São 18 municípios e 60 mil índios", afirma. Dentre elas, áreas em Antônio João e Paranhos que já foram cenários de conflitos.

Hoje, para a votação do último relatório o clima era de expectativa. "Uma grande esperança de mudança", diz. Ele reforçou que os índios não aceitam sair das terras. Portanto, em caso de compra, quem deve sair são os fazendeiros. "É terra tradicional, não tem preço".

Agora, Anastácio aguarda a decisão do governo. "Tem as condições jurídicas para resolver", enfatiza. No caso da Buriti, principal área disputada pelos terena em Sidrolândia, a sugestão do relatório é que seja feita desapropriação por interesse social, com transação nos autos para o pagamento da terra nua.

A proposta de pagamento, de forma extraordinária, foi anunciada em junho pelo governo federal. No dia 5 de agosto, é aguardada a divulgação do valor. No Entanto, o Poder Executivo já estuda alugar as propriedades em litígio.

Reativada em abril, a comissão do CNJ fez reuniões em Brasília e Campo Grande. Duas delas foram às pressas, nos dias seguintes à morte do terena Oziel Gabriel. Ele morreu na ação de reintegração de posse da fazenda Buriti. (Com informações Campo Grande News)



Cultura apóia encontro de cineastas indígenas e implanta cineclubes para 11 nações indígenas

SÍTIO PORTAL PLANALTO, 25.07.2013

O Encontro de Realizadores Indígenas: experiências e novas perspectivas reúne cineastas de diversas etnias indígenas, estudiosos do cinema e do vídeo, antropólogos e profissionais de Comunicação, na cidade de Diamantina, entre 21 e 28 de julho, para refletir a respeito do cinema indígena e outras formas de apropriação das mídias eletrônicas (como internet e TV) pela populações indígenas de todo o país.

O evento é parte da programação oficial do 45º Festival de Inverno da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), que conta com o apoio da Secretaria do Audiovisual do Ministério da Cultura. Na ocasião, serão premiados, com apoio da Secretaria do Audiovisual, a implantação de 11 cineclubes em nações indígenas a serem escolhidas.

Durante o encontro, estão sendo realizadas sessões de filmes seguidas de debates com os realizadores e pesquisadores convidados, além de duas oficinas: a "Oficina de Câmera", ministrada pelo cineasta xavante Divino Tserewahú; e "A linguagem do cinema", apresentada pelo cineasta Maurice Capovilla.

Jovens lideranças indígenas das etnias guarani-kaiowá, waiwai e kaxuyana foram convidados especialmente para serem aprendizes dessas oficinas.

Serão discutidas ainda as múltiplas experiências do cinema indígena no país, a partir dos depoimentos e intervenções dos cineastas (que exibirão e comentarão seus filmes), além da participação de estudiosos e militantes envolvidos com a causa indígena.

Estão presentes realizadores de várias etnias (Mbya-Guarani, Xavante, Kuikuro, Kalapalo, Huni Kuin, Maxakali, Guarani-Kaiowá e Yanomami) e profissionais ligados à antropologia, ao indigenismo e ao meio audiovisual. Representando a Secretaria do Audiovisual está o coordenador-geral de Audiovisual Sustentável, Rodrigo Bouillet.

As atividades contam também com a parceria do Museu do Índio e do Projeto Vídeo nas Aldeias.

Mais informações no endereço <http://45festivalufmg.wordpress.com>.

Fonte: Portal Planalto com informações do Ministério da Cultura



Seind discute roteiro turístico indígena para a Copa com organizações de Manaus
SÍTIO A CRÍTICA, 22.07.2013

O objetivo da ação é trabalhar com o artesanato e as práticas culturais dos povos, com foco no turismo e no benefício que ele poderá trazer aos indígenas durante a realização dos jogos em Manaus

A Secretaria de Estado para os Povos Indígenas (Seind) começou a reunir as organizações indígenas de Manaus e entorno, para produzir, em conjunto, o roteiro indígena para a Copa do Mundo de 2014 na capital amazonense. A Seind criou uma comissão interna para tratar do assunto e, nesta segunda-feira (22), apresentou uma proposta de ação para que fosse analisada e recebesse sugestões dos representantes das associações presentes à reunião.

Todos puderam visualizar um mapa, com imagens aéreas feitas por satélite, no qual foram mostradas as possíveis áreas onde as atividades deverão ser executadas. O objetivo da ação é trabalhar com o artesanato e as práticas culturais dos povos, com foco no turismo e no benefício que ele poderá trazer aos indígenas durante a realização dos jogos em Manaus.

O plano do roteiro turístico indígena para a Copa do Mundo de 2014 fará parte do calendário de atividades do Governo do Estado e deverá estar pronto até março do ano que vem, para divulgação em pontos estratégicos da cidade e pela Internet.

As organizações indígenas têm 30 dias para enviar suas propostas, que serão discutidas com a Seind, para a formatação final do roteiro.

“É uma oportunidade que temos de divulgar a nossa cultura e o trabalho que tem sido desenvolvido pelo Governo do Amazonas e parceiros em benefício dos povos indígenas”, destacou o secretário da Seind, Bonifácio José Baniwa.

Guia

De acordo com assessor de Planejamento da secretaria, Cristiano Oliveira, a proposta é fazer do roteiro, uma espécie de guia turístico, para que o visitante tenha acesso aos serviços. “De posse desse material, que deverá ser traduzido para outras línguas, o turista poderá ir a lugares como o Tupé para ver rituais, conhecer artesanato e comidas típicas, por exemplo”, enumerou o técnico.

Jogos e feira

Simultaneamente à construção do roteiro turístico, a Seind planeja realizar também os Jogos Indígenas, em parceria com a Secretaria de Estado do Desporto, Juventude e Lazer (Sejel), além de uma feira de artesanato, que deve funcionar nas imediações da Ponta Negra.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 131 / 2013

Brasília, 25 de julho de 2013.

Todas essas ações são trabalhadas e desenvolvidas dentro do Comitê Gestor de Atuação Integrada entre o Governo do Amazonas e a Fundação Nacional do Índio (Funai).

*Com informações da Assessoria de Comunicação da Seind